

temos como exigir muito nem dos nossos filhos, nem dos nossos netos esse respeito que nós precisamos ter para com essa faixa etária dos idosos.

A cultura de culpa ainda persiste muito. Quando nós identificamos a idosa como sendo a nossa maior vítima, nós identificamos nela uma dupla condição de vulnerabilidade: ela é a mulher e ela é a idosa. Ela carrega sobre si a culpa de ter sido responsável por aquela personalidade violenta que ela vê na pessoa do filho.

Quando a Dr^a Daniela mencionou que ela é acionada para retirar um idoso de uma condição de vulnerabilidade em casa e se questiona o que se vai fazer, nós também temos essa aflição no âmbito do Judiciário. Nós nos deparamos com penas baixas. Na maioria das vezes em que é possível a aplicação de uma transação penal ou a aplicação da suspensão condicional do processo, o agressor entra com a vítima e volta para a mesma casa da vítima. A vítima já se encontra numa situação de vulnerabilidade por tê-lo denunciado. Na maioria das vezes, ela se sente culpada por ter que visitá-lo na prisão. E nós nos sentimos também de mãos atadas, porque, como aplicadores da lei, não temos muito o que fazer. É justamente por isso que, no âmbito do Tribunal de Justiça, nós temos apostado nessas conciliações e mediações no âmbito familiar, para tentar resolver de uma forma estrutural e para tentar evitar a violência, porque, depois que ela está instalada, nós não temos o que fazer. Nós vamos chamar a polícia, que vai pegar o idoso e vai devolvê-lo para o mesmo lar em que ele foi violentado por tanto tempo. Nós vamos dar para esse idoso uma resposta do Poder Judiciário que não o atende: ele vai voltar para o mesmo lar com o agressor, porque o agressor vai pagar cesta básica ou qualquer outra coisa nesse sentido.

A nossa preocupação é justamente esta: nós temos que agir lá na ponta, porque, depois que violentou, depois que precisamos utilizar meios de coerção para o agressor, nós não temos resposta do Estado. Mais uma vez, nós reforçamos a necessidade de políticas preventivas em relação à violação dos direitos.

E nós nos colocamos à disposição, agradecendo novamente a oportunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra agora à Dr^a Paula.

A SR^a PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Elmano, para fazer quatro considerações.

Primeiro, eu quero fazer coro ao que a Dr^a Karla e a Dr^a Marília colocaram, mas, como uma boa brasileira, eu acredito. Tanto acredito que eu não estaria aqui se não acreditasse nessa política.

Então, eu sou uma otimista nata e luto para que, realmente, a Política Nacional do Idoso seja implementada. Do contrário, acho que não faria sentido eu estar aqui. Penso que essa política é extremamente incipiente, e na fala dos senhores aqui, do Deputado Marcelo, da Deputada Cristiane Brasil, da Deputada Raquel, que teve que se retirar, do próprio Senador Moka, me resta mais do que claro que não temos uma política pública institucionalizada, nós temos ações pontuais isoladas. Tanto é assim que cada uma aqui conseguiu nominar qual era o serviço e qual era a pessoa que o executava. Se isso fosse uma política pública institucionalizada, ela não seria personalizada. Então, realmente precisamos trabalhar para que a política seja para todos e executada de maneira não personificada. Não é a Carla, não é a Marília, não é Monize, não sou, não é a Daniela, é a política voltada para todos e todos têm um papel importante nessa execução.

Senador Moka, eu tenho acompanhado, já há algum tempo, o PL do Cuidador. Estive aqui na primeira audiência pública, que o senhor estava presidindo. Ao longo desse tempo, nessa caminhada com a Marília, com o Daniel Grossman também, que é um grande militante nessa temática, não pude estar presente na última porque estava de férias. Mas o que eu observo, o meu sentimento de impotência é o seguinte: nessas audiências, o que eu verifico é que temos um *lobby* das entidades classistas muito grande, porque estamos trabalhando com uma reserva de mercado, e aí temos aquela dicotomia do financeiro com o ser humano. O que pesa mais: se vou discutir dinheiro ou se vou discutir o cuidado ao ser humano.

Por outro lado, vemos esse *lobby* das entidades classistas e dos órgãos gestores, como foi a saúde, dizendo: “Esse pepino não é meu, carrega que o velho é seu.” – literalmente, quase nessas palavras. E de técnicos, por outro lado, tentando lutar por esse importante projeto. Para nós ele é fundamental.

Por outro lado, não percebemos – e aí eu entendo plenamente justificável – a presença das pessoas que realmente vão ser atingidas e beneficiadas por esse projeto, que são os idosos. Por que eles não têm como estar aqui? Porque eles precisam de cuidados, eles estão em casa necessitando de cuidados. E por que as famílias também não estão aqui mobilizadas, pedindo a aprovação desse projeto, cobrando? Porque elas têm que estar em casa, cuidando desses idosos.

Então, realmente, é uma luta inglória. Nós não estamos lidando com as mesmas armas, porque não conseguimos enfrentar todo esse *lobby* que existe. Mas acho que é um projeto – e entendo quando a Carla se posicionou – extremamente relevante e que precisamos mesmo ter uma mobilização muito grande, para que ele tramite da maneira mais célere possível.

O projeto do senhor já está há dois anos tramitando, mas nós já tínhamos outros projetos nesta Casa que também não conseguimos tirar do papel. Já passou do tempo. Precisamos, efetivamente, de uma política dos cuidadores, sejam eles familiares, sejam profissionais, enfim.

Acredito também, como o senhor bem colocou, que muitas vezes a decisão da família de colocar um idoso numa ILPI é o maior ato de amor dessa família para com seu familiar, porque é o reconhecimento da sua impotência, da sua incapacidade de prestar o melhor cuidado para aquele idoso e lidar com essa angústia de ter que colocá-lo numa instituição que ainda é extremamente estigmatizada no nosso País. Eu não vejo com nenhum preconceito essa família, ao contrário, acho que é uma família que merece ser apoiada, inclusive com um trabalho de suporte psicológico, Deputado Marcelo, porque para ela é muito angustiante colocar o seu idoso numa instituição.

Concordo, Marília, quando você coloca, que para mim é uma contradição muito grande... Ontem, conversando com a Carla, eu estava me questionando justamente sobre isso. Como é que pode as ILPIs serem um equipamento da política de assistência social que a saúde não quer assumir, mas, em contrapartida, é a saúde, através da Vigilância Sanitária, que fiscaliza e regulamenta.

Eu não entendo. Isso é uma política de saúde ou não? Se não é uma política de saúde, por que é a Vigilância Sanitária que regulamenta isso tudo, que expede uma RDC, que determina quantos cuidadores tem que haver para que tipo de atendimento, qual é a medida da porta. Então, está mais do que claro que as duas têm que assumir essa política e nós não podemos mais ficar protelando isso.

Quando mencionei mais cedo essa questão de muitas leis, que o que precisamos é cumprir o que já existe no papel, foi porque me lembro bem de uma audiência pública em que estive aqui, quando a brilhante ideia, com todo o respeito a esta Casa, que surgiu como um encaminhamento, nobre Senador, foi que a solução para acabar com o preconceito seria mudar o nome de Estatuto do Idoso para Estatuto da Pessoa Idosa. Isso resolveria o problema do preconceito contra a população idosa no Brasil.

Eu fiquei chocada, porque não precisamos de mudança de nome. Nós precisamos enfrentar a realidade que está aí posta.

Então, agradeço, Senador Elmano, imensamente a oportunidade de estar aqui.

Comungo desta postura de que, unindo esforços e ideais, conseguimos realmente uma mudança. E fico à disposição de toda a sua assessoria e da assessoria de Deputados e Senadores no que pudermos ajudar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Elmano, só uma observação.

Eu gostaria muito que vocês fizessem uma autocrítica, todas vocês, no sentido de que nenhum Senador, nenhum Deputado acorda e diz assim: hoje eu vou fazer isso, hoje eu vou fazer aquilo.

É preciso que haja uma demanda para isso. Se não dá a impressão de que a Casa não tem preocupação. Isso não é real. Pode ter os efeitos que tem e tal, mas aqui, sobretudo nesta Comissão, sempre vai haver muita gente... Não é o Moka, não. Eu enumero um monte de Senadores que teriam o maior prazer.

É claro que esse encaminhamento dado é um encaminhamento infeliz, na minha avaliação. Se eu estivesse presente nesta audiência – não estava – também não concordaria com isso.

Hoje o nosso encaminhamento é prático: nós temos que cobrar daquelas pessoas que realmente têm a responsabilidade.

Para as pessoas que estão nos ouvindo, eu quero dizer que, hoje, lamentavelmente, não estão presentes aqueles Senadores com quem costumo conviver nesta Comissão, que, durante os dois anos que a presidi, nunca deixou de votar por falta de quórum. Nós precisamos no mínimo de 11 Senadores.

Estou fazendo essa defesa da Comissão, que é muito atuante. Vários encaminhamentos que saíram daqui tiveram solução, como a importação de remédio, a questão do aeronauta. Eu poderia citar um monte de vezes em que esta Comissão... Agora, é preciso saber realmente quem vai encabeçar. Por exemplo: o Elmano convocou, mas eu já me coloco solidário. Convoque, porque você tem a prerrogativa, e me chame para que eu possa ajudar. E vamos chamar os outros. Está aqui a Regina. Nós podemos fazer isso junto com vocês. O que não se pode é falar isso aqui, depois cada um vai para o seu canto e, um mês depois, dois meses, voltamos e continuamos reclamando da mesma coisa.

Nós já conhecemos. Agora vamos em busca realmente de encontrar o caminho, a solução para isso.

Às vezes eu me incomodo, porque sou um daqueles que pegam as coisas para fazer. E vou ficar aqui. Desde o início fiquei, fiz questão. Muita gente me chamou. Eu disse: não, eu vou ouvir, porque esse é um assunto que começou lá atrás. Não foi inspiração minha.

Foi o pessoal da área social, a Dr^a Tânia Garib, que me pediu para fazer esse projeto do cuidador de idoso. Esse compromisso eu tenho junto com vocês. Gostaria que os senhores acreditassem que juntos, não só nós, mas junto com os senhores, podemos fazer essa mobilização. Eu acredito nisso.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA) – Vou complementar um pouco, até porque, Senador, nós somos, aqui, passageiros. Ficamos oito anos e não sabemos se somos candidatos, se saímos, como ficamos. Estou aqui há quatro. Venho, não venho. Sou do PMDB e o Ministro, agora, é o Marcelo Castro, meu colega, Deputado do PMDB. Como Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Idoso, digo que é a hora de usar a gente. O cavalo passa selado. Vou deixar o meu cartão com as senhoras para ser usado mesmo. Gosto também do que o Senador Moka colocou: vamos ver o que podemos fazer em prol do idoso, até porque vamos ter um corte, agora, Senador, de R\$3,8 bilhões na saúde. Estamos lutando na Câmara – não sei se vocês estão a par disso. Estamos em crise. O Brasil está passando por uma crise. Então, temos que ver para onde vamos direcionar as políticas públicas. E o idoso não pode ficar fora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Passamos a palavra à Dr^a Daniela para suas considerações finais.

A SR^a DANIELA BARROS TAVARES DE MELO – Já foi colocado, mas volto a frisar a questão das políticas públicas direcionadas à ampliação da rede de Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Há muitas situações, no âmbito da política judiciária, que conseguimos resolver dentro da delegacia, porque são situações de instrução criminal, mas o resgate da pessoa idosa, além da questão criminal, que gera um procedimento de natureza policial a ser encaminhado ao Judiciário, há também a questão social. Onde vou abrigar esse idoso? Eu não termino o meu trabalho com o auto de prisão em flagrante daquele infrator.

Nesse ponto, volto a ressaltar o que a Dr^a Monize falou, a questão das penas baixas. Por exemplo, o art. 99, que trata de maus-tratos, é um termo circunstanciado. Para o idoso que eu encontrei, que eu resgatei em um depósito como um lixo humano, se eu não tivesse usado o concurso material com outro delito, ele teria assinado um termo circunstanciado e ido embora, e o idoso estava em uma situação de penúria. Então, a pena realmente é baixa. Mas o meu trabalho não terminou só na finalização do auto de uma prisão em flagrante, mas sim no abrigamento daquele idoso que não poderia retornar mais ao âmbito daquela família, daquele filho.

Esta questão é muito importante em termos de política pública: ampliar esta rede das Instituições de Longa Permanência. Como o Senador Elmano mencionou, não existem, na cidade de Teresina, as casas dia. Há situações em que a polícia é provocada, em que eu atendo a ocorrência, mas verifico que não se trata de maus-tratos, não se trata de uma situação de violência e de desumanidade ao idoso, simplesmente a família precisa trabalhar para prover, a família não dispõe de recursos, todos precisam trabalhar, e o provento do idoso é normalmente o benefício de um salário mínimo, que não se trata nem de uma aposentadoria, mas de um auxílio. A família, então, tem que pagar um cuidador, que não é uma pessoa habilitada, é uma pessoa que recebe muito pouco para estar ali somente olhando o idoso. O que acontece? Eu recebo uma denúncia de um vizinho que o idoso está sozinho, levou uma queda e está gritando em casa. Ele supostamente deveria estar com o cuidador, mas o cuidador, sem maldade, precisou sair para resolver um problema pessoal e disse que voltava rapidinho e deixou o idoso sozinho. Estou diante de um problema policial, porque estou com um idoso que sofreu um acidente porque foi deixado sozinho, mas o cuidador, pago com poucos recursos, recebe muito pouco para aquilo e, conforme observamos, ele não tem maldade, não tem dolo. Ele saiu porque precisou. Então, conduzo à delegacia? Qual procedimento eu adoto? Ele não teve maldade.

Existem também, então, esses problemas que viram casos policiais, que viram casos de polícia, mas nos quais não verificamos dolo, não verificamos maus-tratos, verificamos, simplesmente, que o idoso não tem com quem ficar durante o dia. Resolveria o problema se houvesse uma casa de atendimento para que a família com poucos recursos pudesse deixar o idoso o dia inteiro.

Seria menos uma demanda policial e resolveria o problema se você tivesse uma casa de atendimento, para que a família que tem poucos recursos pudesse deixar o idoso o dia inteiro. Seria menos uma demanda policial, porque eu atendo a muitos casos para verificar esse tipo de denúncia – de idoso sozinho em casa. Ele caiu e ele está lá só e tenho que invadir a casa, porque o idoso não consegue abrir, e aí depois aparece o cuidador, que não é nem um cuidador habilitado. Você vê que ele não teve maldade, mas cometeu um delito. Ele abandonou o idoso, que estava sob a sua responsabilidade. Então, é uma situação social também, que acaba virando policial.

Então, é importante que aqui as políticas públicas também se voltem para essa questão de ampliação dessa rede. Esse é o principal ponto que eu gostaria de frisar aqui, que vai além do atendimento policial, porque, quanto à questão dos crimes, eu vejo que eu faço, sim, o que é devido: eu instruo os inquéritos policiais, encaminho no tempo hábil, mas, na maioria das vezes, eu estou diante de questões sociais. Eu resolvo, dentro da delegacia, muitos conflitos de natureza social. Principalmente esse.

Então, uma política pública voltada a esse tipo de acolhimento do idoso, realmente, seria de grande valia para a nossa sociedade. Eu vim trazer essa experiência para cá. A minha participação foi nesse sentido. Eu não

vim trazer aqui os problemas da segurança pública, porque eu vim a uma audiência que vem tratar de políticas públicas para o idoso. Então, eu não vim falar das deficiências que a estrutura pública tem para atender o idoso, embora também tenha. Uma delegacia de segurança e proteção ao idoso também tem dificuldades no atendimento e até na solução dos conflitos para a qual o idoso nos procura, por uma deficiência da segurança pública, mas aqui eu vim tratar da questão realmente de políticas públicas. Então, eu trouxe essa minha realidade. Dentro da minha realidade de segurança pública, eu verifico essa ausência, essa falta de política pública, no sentido de abrigar o idoso.

Era essa a contribuição que eu queria deixar. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Elmano, foi V. Ex^a quem convocou esta audiência. V. Ex^a fez isso por iniciativa pessoal, ou alguém o procurou?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu estava me lembrando aqui de que o Governador do Estado do Piauí foi Senador e participou desta Comissão. E, depois de eleito, estávamos conversando, e ele me disse: “Por que você não adota essa política pública do idoso como uma de suas grandes metas?” Então, eu estou buscando fazer isso. Mas, para tanto, nós temos que ter uma...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É importante isso. Quer dizer, a iniciativa é pessoal, do Senador, e a demanda é grande. É uma demanda enorme. Quer dizer, nós, aqui, a Casa, precisa também disso. Eu, embora não possa dizer que tenha uma militância nessa área, eu vim porque o Senador Elmano convocou. Eu tenho a impressão de que, se a gente transformar, a partir de hoje, da primeira reunião, mais um grupo capaz de estar mobilizando e reivindicando essa política, a verdade é que eu acho que ela... É porque é recente também. O País, com essa quantidade de pessoas, não é muito... Vamos exagerar: nos últimos 20 anos... Antes, você tinha um País de jovens. Então, isso tudo é muito – entre aspas – “recente”. E quero ser otimista num sentido: eu acho que, se nós colocarmos este dia, aqui no Senado, como uma data em que o Senador Elmano coloca um marco no sentido de que, daqui para frente... Por exemplo, foi discutido o PNDE, será que houve uma mobilização do pessoal para ver a situação do idoso?

Você fez isso?

A SR^a KARLA CRISTINA GIACOMIN – Imensamente, no Conselho Nacional do Idoso, procurando o Deputado Relator, procurando...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está vendo?

Aí, se a gente estivesse, já, com um grupo organizado, e a Karla não estivesse sozinha, ou se houvesse mais representantes, talvez nós tivéssemos um grupo de Parlamentares, no sentido de dizer: “Para a gente votar esse PNDE aí, vocês têm que colocar também a questão do idoso.”

Eu não quero que vocês me interpretem mal, mas eu quero dizer o seguinte: eu quero ser demandado. Estou provocando vocês: eu quero ser demandado em relação a poder ajudar mais. Está bom, apresentou um projeto de cuidador, mas isso não é o suficiente.

Então, eu quero que a minha contribuição seja a melhor possível, porque eu respeito muito vocês, respeito muito as entidades e tenho sensibilidade para fazer esse trabalho.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só um pouquinho pela ordem, Senador.

Só para complementar o que ele disse da provocação.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Aqui, no Senado, há a possibilidade de vocês mandarem um projeto de lei. Às vezes, na minha cabeça, não passou nada; nem na dele; mas vocês têm uma ideia maravilhosa para virar um projeto de lei. Vocês podem mandar que ele é formatado, ele vem para a comissão, é votado, vai para o plenário, é votado, de iniciativa de uma pessoa, não é aquele coletivo de 1 milhão de assinaturas.

Então, às vezes, a pessoa não sabe disso, mas há o Portal e-Cidadania, senado.leg.br/ecidadania. Você pode mandar o seu projeto e não precisa se preocupar com a formatação, porque aqui ele recebe a formatação. Ele vai para votação, ele vai para apreciação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mande do jeito que vocês puderem. A Consultoria transforma num projeto, com a técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Só complementando: as coisas acontecem na comunidade. Eu digo isso porque, quando nós fomos Prefeito de Teresina, eu sempre procurei descer lá para as vilas, porque quem conhece os problemas de uma vila é quem nela mora, amanhece e anoitece. Nós íamos aos bairros, caminhando, conversando com as pessoas, ou seja, uma administração participativa e compartilhada. Da mesma forma, eu não apresentarei nenhum projeto aqui de iniciativa minha, pessoal, da minha equipe. Eu tenho que buscar lá na comunidade.

Este ano, já se realizaram quatro ou cinco eventos relacionados a este estrato da população das pessoas idosas. Eu, para tomar conhecimento, fui. Inclusive, só fui eu. Eu disse até que essa ideia é do Wellington, nosso ex-Senador, atual governador – eu sempre me identifiquei com as pessoas idosas. Desde a minha juventude, eu chegava à minha cidadezinha do interior, Regina, eu procurava as pessoas idosas, meus tios e eu gostava muito de conversar com essas pessoas. Quando realmente nós nos tornamos políticos, após os 60 anos, elegemo-nos Senador com 72, vou, reeleito, depois, Regina, se vocês quiserem, com 80, aí, depois, aos 90, eu tenho umas ideias já na cabeça.

Pois bem, mas a realidade é que é na comunidade. Eu vim de uma comunidade em que nascem as ideias dos bons projetos. Não é de nossas cabeças. Está certo que podem nascer dentro dos nossos assessores, consultores aqui. Não! Não! É lá! É essa a minha concepção, porque eu sempre fui um servidor público e, como servidor, exerci a atividade como um sacerdócio, procurando servir sem me servir da coisa pública.

Então, eu estou indo direto às associações, sindicatos, buscando extrair da comunidade, da sociedade o que devo materializar, corporificar em projetos. Então, é lá que nasce, é na comunidade.

Sempre nós tivemos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas a demanda é importante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Veja bem. É importante nós sermos demandados, mas veja: nós temos que ir é lá, quer dizer, a sociedade nos mandou para cá, e eu não posso ficar aqui, eu tenho que voltar para aquela comunidade que me mandou para cá, quer dizer, através da organização da própria sociedade.

E há tanta coisa que nós não sabemos, como o povo, a sociedade lá numa vilazinha... Nascem soluções para os problemas que nós, muitas vezes, não percebemos. Eu concordo que nós temos, sempre peço isso, mas, se não chega, vou ter que ir atrás. Vou ter que ir atrás.

Então, eu queria, primeiro, agradecer ao Moka, que está aqui há mais de 20 anos. Deputado Federal por cinco ou seis mandatos?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Não, eu tive umas quatro...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – É, ele tem uns 30 anos... Mas, nesta Casa, ele está há muito tempo, e sou testemunha da participação dele.

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Fora do microfone.*) – Por isso, o senhor esqueceu a Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria agradecer os Senadores e as Senadoras que passaram por aqui.

Muitos assinaram a frequência, mas, hoje, eu tenho três Comissões permanentes, quarta-feira. O ele participa de mais de quatro, sei lá... Regina também.

Pois bem, então, eu queria agradecer os Senadores, Deputados Federais que estiveram aqui, e mais um agradecimento especial aos colaboradores aqui da CAS, que nos ajudaram muito na realização desta...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Elmano, desculpe interromper de novo.

Seria importante que marcássemos uma data em que pudéssemos deixar para eles, mais ou menos, porque estamos nos aproximando do recesso. A minha pergunta seria: vamos fazer a vinda da diretora antes, ou no início da outra Legislatura? Por que estou dizendo isso? Porque, no final de ano, esta Casa fica uma loucura de tanta coisa para votar. Eu queria ouvi-los, porque, muitas vezes, se a gente começar a nova Legislatura – um compromisso nosso – trazendo a responsável, ou vamos trazer antes do dia 17, porque, senão, eu temo que o tema fique, depois, esquecido. Eu temo isso.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – O nosso Presidente, Senador Edison Lobão, já se comprometeu a fazer esse encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Mas não marcou uma data.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não marcou.

Agora, estamos contanto tempo para o encerramento. Temos um problema que vocês já sabem...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – A secretária acabou de comunicar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas eles vão ficar na expectativa de que ainda seja neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Ele está se antecipando. Então, vou ter que fazer o convite para almoçarmos, depois – você está convidado, a Regina –, aqui no Senado, e a gente vai conversar no que podemos avançar extraoficialmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – E nós vamos dar, inclusive, esse encaminhamento. Eu disse já aqui e tenho reiterado em algumas oportunidades que essa vai ser uma das minhas bandeiras.

Eu quero ser aqui – eu e V. Ex^a, o nobre Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você fica com a responsabilidade de marcar, e eu vou estar presente no dia em que V. Ex^a marcar.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois bem, agradeço aos Senadores, as Senadoras e os Deputados que estiveram aqui presentes, além dos colaboradores da Comissão, os meus companheiros e minhas companheiras de trabalho do nosso gabinete, que muito contribuíram para a realização deste evento, especialmente, as senhoras que aqui estão. Sei que podemos ter omitido outras pessoas tão importantes quanto cada um de vocês que estão aqui. Permitam-me que assim as trate, para manter esse relacionamento muito amigável. Foi de grande importância. Inclusive, nós tivemos muito cuidado em quem poderia dar a contribuição que foi dada aqui nesta manhã.

Então, eu queria agradecer e que fossem conosco a um almoço, mas é muito rápido, um almoço de trabalho. É uma continuidade, um desdobramento.

Tenho certeza que o Moka, que deve estar indo para outras reuniões, deve aparecer por lá, com a contribuição sempre profícua que ele faz. Então, os nossos agradecimentos, bom dia a todos vocês, vamos nos reencontrar proximamente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador EDISON LOBÃO reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Vicentinho Alves; e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 909, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria, realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança, de pactuação intergovernamental do Sistema Único de Saúde. Informa que o referido documento ficará à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Ricardo Izar. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda de Redação que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda nº 1-CAS de Redação. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009 - Não Terminativo - Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Rejeitado o Relatório do Senador Humberto Costa, a Presidência designa Relator do Vencido o Senador Waldemir Moka. A Comissão de Assuntos Sociais aprova Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2014- Não Terminativo - Autoria: Senador Romero Jucá. Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 5 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011- Terminativo - Autoria: Deputada Laura Carneiro Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo -Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. ITEM 8 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de

cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 9 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2015- Terminativo - Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015; da Emenda nº 4-CMA; da Emenda nº 6-CMA com a Subemenda que apresenta e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, oferecidas no prazo regimental, e das Emendas nº 3-CMA e nº 5-CMA. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, e as Emendas nºs 4-CMA-CAS, 6-CMA-CAS (Emenda nº 6-CMA nos termos da Subemenda nº 1-CAS), 7-CAS e 8-CAS. Rejeitadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de prazo regimental, e nºs 3-CMA e 5-CMA. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 10 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 694, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Marcelo Crivella. Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles estejam gestantes ou crianças e adolescentes e tipificar tal conduta como crime. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Marta Suplicy. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2015. Relatoria: Senadora Marta Suplicy (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim. EXTRAPAUTA ITEM 11 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2015. Autoria: Senador Edison Lobão. Nos termos do disposto nos artigos 58, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, MARCELO CASTRO, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o aumento de números de casos de MICROCEFALIA no País; as Políticas Públicas relacionadas a medidas de prevenção, controle e contenção de riscos; e os danos e agravos à saúde pública. Resultado: Aprovado. O Senador Waldemir Moka preside inicialmente a Reunião, sendo substituído pela Senadora Vanessa Grazziotin às nove horas e vinte e dois minutos, reassumindo-a às nove horas e vinte e nove minutos. O Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, assume definitivamente a presidência às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores: Waldemir Moka, Paulo Paim, Dalírio Beber, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, Romero Jucá, Marcelo Crivella, as Senadoras Vanessa Grazziotin, e Ana Amélia, e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 909, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria, realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança, de pactuação intergovernamental do Sistema Único de Saúde. Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do nosso Presidente Edison Lobão, que passo a ler.

Antes, porém, esclareço que S. Ex^a pediu-me que eu desse início à reunião. Já que estou presidindo os trabalhos, vou aproveitar e ler o requerimento, que é da maior importância.

Vamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do disposto nos artigos 58, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, MARCELO CASTRO, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o aumento de números de casos de MICROCEFALIA no País; as Políticas Públicas relacionadas a medidas de prevenção, controle e contenção de riscos; e os danos e agravos à saúde pública.

Autoria: Senador Edison Lobão

Em votação.

Os Srs. e as Sras Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 1 da pauta...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a, ouvindo o Plenário, que fizéssemos a inversão de pauta para apreciarmos o item 2. Trata-se de projeto de minha autoria, e que a Senadora Ana Amélia – eu já a agradeço e quero fazê-lo de público – pediu vista na reunião da semana anterior. O Relator é o Senador Humberto Costa, e o parecer é pela rejeição. Portanto, eu gostaria de discutir com o Senador Humberto Costa e com os demais Senadores, pedindo o apoio para a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou pedir à Senadora Vanessa Grazziotin... Na verdade, o autor é o Senador Flexa Ribeiro e o Relator é o Senador Humberto Costa que, no momento, não se encontra presente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o problema é que eu não concordo com o relatório. Então, eu não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas o relatório é pela rejeição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu sou a favor do projeto do Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a vai fazer a inversão de pauta? Eu gostaria de defender o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deixe-me explicar: eu vou conceder a inversão. O problema é que a Senadora Ana Amélia não pode ser a relatora *ad hoc*, porque ela pediu vista. Como a Senadora Vanessa está dizendo que tem divergência com o relatório do Senador Humberto Costa, tenho dificuldade, porque V. Ex^a é o autor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – E aí V. Ex^a não pode ser o relator.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu posso presidir a reunião, Senador Moka, e V. Ex^a relata a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu posso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu dirijo, e V. Ex^a relata.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Com o maior prazer.

Vou submeter ao Plenário o pedido de inversão do Senador Flexa Ribeiro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, estão dizendo aqui que a matéria já foi lida, portanto, não dá mais para relatá-la como relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas de qualquer forma...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então é imediatamente para votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para defender.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Fale para o teu auxiliar ficar ali no...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O que estou dizendo, Senador, é que eu, de qualquer forma, tenho que submeter o pedido de inversão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está certo, correto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho que submeter o pedido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Correto. V. Exª tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está feita a inversão.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para que ela possa presidir a reunião, enquanto eu faço... *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Feita a solicitação do pedido de vista pela Senadora Ana Amélia, eu questiono S. Exª se há algum ato em relação ao pedido de vista feito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, nenhum pedido. Apenas penso que seja oportuno votarmos o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A matéria já foi lida e já foi apresentado o relatório, mas é bom lembrar aos colegas Parlamentares do que trata a matéria, de iniciativa louvável do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009

- Não terminativo -

Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009.

Observações:

- Em 11.11.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista à Senadora Ana Amélia nos termos Regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Passo a palavra então ao Senador Moka, como Relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

A Senadora Ana Amélia já foi consultada e disse que não há nenhuma manifestação decorrente do seu pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concedo a palavra ao autor, Senador Flexa Ribeira, para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Moka, Relator do projeto, quero dizer que é uma pena o Senador Humberto Costa ter se ausentado. Eu conversei com ele há pouco sobre o parecer que S. Exª emitiu pela rejeição.

O projeto, Senador Moka, tem por objetivo única e exclusivamente fortalecer os bancos regionais Basa e o Banco do Nordeste, para que, nesses bancos, possam ser feitos os depósitos do Sistema S, que hoje só são feitos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

O TCU define o depósito nesses bancos porque não há uma legislação infraconstitucional que explicita onde pode ser feito. E o projeto é exatamente para dirimir essa dúvida.